

EUCLIDES DA CUNHA

Como lembranças de meu pai, que guardo com carinho, estão duas obras — “A História de Napoleão, Imperador dos Franceses” e “Os Sertões” — constituem o que de mais precioso tenho em minha estante de leitor com tendências ao ecletismo.

A primeira, verdadeira raridade bibliográfica, pois que não a encontrei nas bibliotecas desta Capital, é da autoria do Dr. Emilio Germon, edição de 1847, da Tipografia Universal de Laemmert; a outra, felizmente bem conhecida do público brasileiro, é a célebre obra prima de Euclides da Cunha (5ª. edição corrigida), “edição definitiva de acordo com as emendas deixadas pelo autor”. É datada de 1914.

Não sei porque, ao lembrar-me de interessar a Sociedade Brasileira de Filosofia, um pouco tardiamente embora, nas comemorações do cinquentenário da publicação de “Os Sertões”, liguei ao nome de Euclides da Cunha o do grande côrso, que enche todo um século com os fastos inolvidáveis da sua epopéia singular.

Será, talvez, porque sejam aplicáveis ao nosso genial patricio, certas referências feitas pelo citado historiador a Napoleão? Quando, por exemplo, nas “Reflexões Preliminares”, escreve Emilio Germon: “Criando Napoleão, acumulou a natureza seus dons sobre este ser privilegiado; poder-se-ia dizer que ela quis honrar a espécie humana, deixando ver por uma vez quantos talentos podia um mortal em si reunir, e o grau até onde era possível que se elevasse o gênio; criando Napoleão, assinalou a natureza os derradeiros limites do espírito humano e do seu poder; um só homem lhe mereceu quanto a fortuna outrora liberalizara a Roma”; quando assim se exprime o historiador de Napoleão, percebe-se que não foi simplesmente ao gênio do guerreiro que ele quis referir-se, mas ao talento enciclopédico de um homem que entendia de todas as cousas concernentes ao âmbito moral e intelectual do planeta.

Ora, Euclides da Cunha é também, incontestavelmente, do ponto de vista da moral e da inteligência, um homem completo, cuja visão intelectual pôde abranger a totalidade dos conhecimentos humanos, nada mais lhe restando a assimilar no âmbito planetário.

Sei que muitos dos meus confrades vão estranhar esta linguagem; mas devem convir que somente nos podemos exprimir com sinceridade, estando de acordo com os princípios filosóficos que individualmente adotamos.

Pois bem, se, na célebre experiência de Charcot, em 1860, na Salpêtrière, Platão escreveu, pela mão da analfabeta Alcina, que Napoleão fôra Alexandre e fôra César já tendo, antes de sua vida heróica na França, desempenhado grandes missões na Terra, havendo passado para uma ordem de séres mais perfeitos, como sejam os habitantes de Saturno, onde se achava encarnado à época daquela experiência; lícito nos é dizer de Euclides da Cunha, embora conjecturalmente, que tenha podido ele ser antes um Cícero, um Padre Vieira, sublimando-se no estilo, até ao ponto de constituir-se, como se poderia dizer, parafraseando Ruy Barbosa, o *deus terminus* das letras brasileiras, a tal ponto elevando-se na escala da inteligência humana, que lhe haja transcendido os limites, para estar presentemente encarnado em um dos mundos superiores à Terra, que rolam no infinito do Cosmos.

Por mais extensa que seja a bibliografia sobre Euclides da Cunha (atingem a 350, segundo Venâncio Filho, os estudos a respeito do grande brasileiro), ainda não se disse o que sobretudo importaria dizer com relação às insígnias da imortalidade, conquistadas pelo colaborador do Barão do Rio Branco. É que a vida e a obra de Euclides da Cunha revelam nele a superioridade moral, a par de desenvolvimento intelectual, perurciência e intuição, característicos dos séres que estão terminando o ciclo das existências em nosso mundo, para se alçarem a outras esferas que oferecem mais amplas perspectivas ao desortino mental.

Cumpriu ele, na terra, sublimada missão; teve, no planeta, a sorte dos que lhe transcendem as contingências, porque incompreendidos pelos terrícolas, como o foram Sócrates, Napoleão e tantos outros e, acima de todos, o próprio Cristo. O mundo não tolera os que se não amoldam às suas exigências e resistem à prepotência da época.

Revela Euclides, especialmente em “Os Sertões”, o seu saber enciclopédico. No exame das condições etnológicas da gente brasileira, ninguém tanto se esmerou, como ele, em esmerilhar, dentre as teorias, a que melhor se coaduna com a nossa realidade demográfica. Aceitando o autoctonismo das raças americanas, profetiza com relação ao Brasil: “Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”. (“Os Sertões”, 5ª. ed., p. 70).

Todos os que têm perlustrado essas páginas ficam apenas deslumbrados com o estilo. Precisamos descer mais fundo no pensamento filosófico do esteta incomparável da prosa. Euclides da Cunha não empregaria expressões arrojadas, por amor à beleza da forma: é pre-

ciso recorrer, não apenas à sintaxe, à estilística, para compreendê-lo; mas, sobretudo a etimologia.

Ele bem sabia o que queria dizer com aquela expressão contundente: “Estamos condenados a civilização”.

E que, descendo ao âmago da questão social, que já no seu tempo se apresentava complexa e de solução incúma, teria notado que os autóctones americanos, ainda em sua fase pre-histórica, haviam sabido resolvê-la muito mais sensatamente do que as raças supercivilizadas que dominam os povos da terra. Este fato põe-nos ainda agora em destaque Heloisa Alberto Torres, no seu magnífico trabalho de colaboração para o “Jornal do Comercio”, edição de 3 de outubro último, quando afirma: “E de causar pasmo a antropólogos e nutrologos o caso dos Xavantes, bem conformados e desenvolvidos, robustos, armados de dentaduras perfeitas e ilesas, nascidos em pleno cerrado inóspito onde o civilizado só se poderia fixar mercê de uma série de providências prévias que importariam em aplicação financeira vultosa. Mas a cultura xavante engendrou meios de subsistências; criou elementos e praticas que não só lhe permitiram viver como fazê-lo resistindo à permanente ameaça que as penetrações dos civilizados tem constituído para eles durante centenas de anos. Impõem-se à admiração, fazendo jus a figurar no quadro de uma civilização.”

Quer isso dizer que, simplesmente para resolver nossos problemas economicos, não precisaríamos jamais sair dos limites da cultura autóctone que tão sabiamente, ainda em nossos dias, vive na plenitude de suas boas regras de esmagadora superioridade em confronto com as complicadíssimas disposições legais dos civilizados, as quais, entretanto, não bastam para evitar as calamidades a que nos achamos cotidianamente expostos!

E do que se cuida essencialmente no mundo, senão de questões económicas?

Têm elas prevalência tal, no cômputo das atividades coletivas ou individuais, que as sociedades de cultura, como a nossa, gravitam em órbita remotíssima, com relação ao sol dispensador das graças oficiais para todo o sistema planetário social, como insignificantes planetóides, obscuros, inhabitados, mortos...

“Estamos condenados à civilização”! Que quer isso dizer no pensamento de Euclides da Cunha? Porque razão “ou progredimos, ou desaparecemos”?

O homem não foi criado unicamente para viver como os *mujiks* da Rússia, adstritos a um regime de férreo materialismo, que tanto mais se agrava quanto mais a civilização avança, transformados em autómatos no seio de um mecanismo social de que se convertem em simples peças inconsistentes.

Fôra esse o objetivo da civilização e desesperaríamos do nosso futuro, para amaldiçoar a hora em que Colombo aportou às terras americanas, pois que muito

mais tranquilamente haviam os nossos aborígenes resolvido o problema social, adstrito à parte económica: assim depoe com a sua autoridade a Diretora do Museu Nacional.

Se estamos, portanto, condenados à civilização, para subsistirmos como povo livre, quer isso dizer, no pensamento de Euclides, a julgar pela sua pujante mentalidade, que devemos educar-nos, recristianizando-nos, tornando-nos homens de elite, apertecendo-nos, emancipando-nos dos estigmas da hipocrisia, para vivermos como filhos de Deus, amando-nos uns aos outros, não presos unicamente, como os selvagens, a interesses, a solicitações materiais, como índice de um estado primário de vida, mas aos interesses superiores do espírito, para a vida imortal.

Civilização quer dizer ilustração, educação. Sobre tudo educação.

A Ciencia já disse, com o exprimir essa necessidade de incoercível do homem, de emancipar-se das atrações do instinto, a sua última palavra sobre o gravíssimo problema, pôsto por Euclides da Cunha nos seguintes termos, no já citado trecho de “Os Sertões”: “Ou progredimos (e o progresso, para os civilizados dignos desse qualificativo, e sempre no sentido do desenvolvimento espiritual, dizemos nós), ou desaparecemos”.

Se “ali estavam, escreve ele, no penúltimo trecho do livro em questão, no relêvo de circunvoluções expressivas (do crânio de Antônio Conselheiro, quer dizer, nos de todos os ignorantes e baldos de educação), as linhas essenciais do crime e da loucura...”, pode-se também afirmar que, “para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”, consistentes em só se pensar na solução dos problemas economicos, com exclusão do bem-estar espiritual dos povos, existe não um Maudsley mas o Cristo que do fundo de vinte séculos, concita os dirigentes dos povos a adotarem para código das Nações, a fim de fazer a felicidade dos homens, os seus santos Evangelhos.

O Cristo, porém, ainda continua crucificado nos corações...

Teria sido esse o pensamento de Euclides? Por vêzes sacrificou ele a clareza à refulgência do seu estilo; mas parece-nos que, adotando a teoria de Maudsley, de que há *doentes* e não criminosos, teria querido dizer implicitamente que, para salvar a humanidade, sempre se deve fazer apêlo àquele que veio para curar os que precisam de médico...

Apontou o caminho, indicou a solução do problema e deixou-nos.

Euclides da Cunha vive agora na saudade dos nossos corações, porque em verdade deve estar nalgum mundo melhor.

Sociedade Brasileira de Filosofia, 11 de novembro de 1952.

ARNALDO S. THIAGO
(Rio de Janeiro)